

Resenha do livro: DOLHNIKOFF, M. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.

Dandara Gabriele da Cruz

Escrito por Miriam Dolhnikoff, professora do departamento de História da FFLCH-USP e pesquisadora do Cebrap, mestre e doutora em História Econômica pela USP, o livro *História do Brasil Império*, produzido no ano de 2017, e publicado pela Editora Contexto, como parte da coleção *História na Universidade*, enfrenta e busca responder as seguintes questões: em que medida a monarquia brasileira foi pautada pelos princípios do liberalismo? Como compatibilizar governo representativo com escravidão e profunda hierarquia social? Quais limites foram dados para colocar o ideário liberal em prática em uma sociedade escravagista? De que forma as fissuras sociais alimentaram e contestaram esse processo? (p. 10).

Ao tratar dessas questões, a autora divide o seu livro em dez capítulos, mostrando, em cada um deles, como a independência brasileira foi um processo de ruptura e continuidade. Ruptura com a metrópole, que resultou no que a autora coloca como um “complexo processo de construção do Estado e da nação” (p. 9), e continuidade, pois herda algumas das características do período colonial, mas que, todavia, representa uma continuidade relativa, pois essas sofrem também transformações no decorrer do processo.

Logo na Introdução, Dolhnikoff deixa claro ao leitor que a independência, proclamada em 1822, marcou o início de um longo processo de transformações da América, antes portuguesa, em uma nação, bem como a sua construção política e social.

A autora afirma que séculos de colonização haviam feito da região lugares distintos e dispersos na América lusitana. As atividades econômicas e os costumes distanciavam uma região da outra. Percebe-se, também, culturas que se modificam quando se pensa em diferentes localidades: regiões e população heterogêneas separavam-se entre escravos, libertos e livres; negros, pardos, indígenas e brancos; pobres e ricos. Dolhnikoff defende que coube à elite que assumiu a direção política após a independência se esforçar

para criar um Estado capaz de lidar com essas diferenças e organizar um território definido, bem como organizar um governo representativo e criar uma identidade nacional.

O capítulo intitulado *Independência: deixar de ser português e tornar-se brasileiro*, iniciado na página 13, trata justamente desta questão: como criar uma identidade que seja brasileira, já que a partir de 1808 pode-se perceber uma quebra das relações entre colônia e metrópole.

A permanência da Corte mesmo após a expulsão dos franceses, em 1810, precipitou reações de portugueses em ambos os lados do Atlântico, lançando, assim, no que a autora chama de “sementes que resultariam na independência e na forma pela qual ela se realizaria” (p.22).

Como sede da capital do Império e com o fim do exclusivo metropolitano, a colônia deixa de ser, na prática, colônia, tendo seu reconhecimento dado em 1815, quando formalmente seu estatuto é mudado e a colônia portuguesa transformada em Reino Unido a Portugal e Algarves. Em um período que vai de 1808 a 1820, temos uma população portuguesa frustrada, pois era esperado que a Corte voltasse a Lisboa após a guerra com a França e, além disso, as dificuldades na relação entre Rio de Janeiro e outros colonos da América fizeram com que D. João VI retornasse a Portugal, deixando seu filho D. Pedro, príncipe herdeiro, na condição de seu regente na América.

No Brasil os acontecimentos se precipitaram e, em agosto de 1822, após D. Pedro contrariar seu pai e as ordens lisboetas, permanece no novo reino e torna público um manifesto dirigido aos governos das nações amigas, cuja autoria é atribuída a Bonifácio, declarando a independência brasileira, um mês antes de seu famoso grito às margens do Ipiranga, alertando que de Portugal nada se podia esperar senão escravidão e horrores (p.28).

No capítulo seguinte, intitulado *Uma nova nação, um novo Estado*, Dolhnikoff enfatiza que compreender o processo de proclamação da independência ajuda no entendimento, em uma perspectiva histórica, das características da nação e do Estado brasileiro que foram sendo moldadas ao longo do tempo após esse processo.

Contudo, concretamente, como se materializavam essas mudanças?

Em primeiro lugar é preciso considerar que havia diversos caminhos possíveis. A nova nação corresponderia a todo o território da América portuguesa ou este se fragmentaria em vários pequenos países? República ou monarquia: qual seria o regime adotado pelo novo ou novos Estados? Que elementos seriam mobilizados para criar a nova identidade nacional?

Como atender às demandas da economia agrária? Manter ou não a escravidão? (p.32)

As alternativas estiveram presentes no debate político desde o momento da independência, contudo, essas permaneciam limitadas pelas características do contexto da época e pelos modelos e ideias do período.

Dolhnikoff chama especial atenção para a questão de quem, afinal, seriam os brasileiros. Ela argumenta que, através da Constituição de 1824, a definição dos critérios de nacionalidade se dava na atribuição do exercício da cidadania civil, ou seja, ser portador dos direitos considerados naturais, como liberdade e o direito à propriedade, o que excluía, logo de início, os escravos nascidos no Brasil.

A partir de 1826, com a Assembleia Geral reunida para discussão de uma longa lista de temas a serem normatizados pelos parlamentares, a autora mostra que já é possível notar certo distanciamento quanto à figura do então imperador, o que faz com que se evidenciem as divergências profundas quanto o modelo a ser adotado.

Isolado e sem contar com o apoio da maioria da elite política, em abril de 1831, D. Pedro I abdica e retorna a Portugal, simbolizando, assim, o final do Primeiro Reinado e o início de uma série de tumultuados anos que marcam o período regencial brasileiro, numa série de fatos considerados agitados, mas ao mesmo tempo importantes, e é assim que ela monta seu terceiro capítulo, *Os tumultuados anos da Regência*.

Com os moderados no poder, já que com a partida de D. Pedro I houve uma vacância no trono, pois seu herdeiro possuía apenas 5 anos de idade, a reforma constitucional dispunha da autonomia dos governos provinciais e também da disposição dos novos dirigentes, em respeito à carta outorgada em 1824. Entretanto, a partir de 1831, essa disposição levou a uma série de reformas que passaram a declarar o governo do império do Brasil uma monarquia federativa.

Outro fato que a autora chama bastante a atenção fica por conta do subtítulo *Um país convencido*, que trata da eclosão de várias revoltas em diferentes partes do país e que, de naturezas distintas, foram protagonizadas por diversos setores sociais. Destaca-se a Sabinada, em 1837, ocorrida em Salvador, Bahia, e protagonizada por homens livres pobres; a Revolta dos Malês, em 1835, em Salvador também, por escravos rebeldes; e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845, proporcionada por elites regionais.

É interessante notar a política partidária, dividida em conservadores e liberais, que se mantinha num processo, quase que sem querer, de rotatividade em relação ao poder e como, em 1840, seus interesses se unem na antecipação da maioria de D. Pedro II para que esse viesse a governar. A maioria de D. Pedro II deu início ao Segundo Reinado, mas também, em contrapartida, a embates entre os dois partidos.

Em *A invenção do Brasil: a vida cultural no Império*, a produção literária mostra sua importância na articulação de esforços para a construção de uma identidade brasileira, um tanto quanto heterogênea, trazendo consigo um sentimento de pertencimento à comunidade nacional que unificasse uma população, como apontado no início do livro.

A preocupação em elaborar uma identidade e formular as bases da nova nação esteve presente também na escrita de uma história nacional. Em 1838, com o propósito de elaborar essa caracterização de método científico, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com apoio especial do imperador.

Construir a nação, sob direção de um Estado, tornava necessário o conhecimento e a exploração do seu território, elementos fundamentais na consolidação das nações modernas. No que concerne à História, embora não houvesse consenso entre seus membros, a preocupação central em elaborar uma narrativa sobre o passado nacional converteu-se no que ficou conhecido como História oficial. Uma versão do passado que unificasse a população em uma História que exaltava o Estado, a ordem estabelecida e apresentava um elenco de heróis nacionais, que deveriam encarnar os valores que seriam a marca da brasilidade. (p.74)

Dolhnikoff mostra em *Conflitos e negociação*, como algumas das características da monarquia brasileira causam estranheza para quem tem como referência as democracias contemporâneas. Analisar a monarquia brasileira significa analisar a forma como o governo representativo se instaurou no país após a independência.

Durante o Segundo Reinado, é possível ver o poder moderador em ação, contudo, numa espécie de “acordo tácito”, como a autora menciona na página 90, o imperador possuía sim o poder de nomear e demitir ministros, desde que, por outro lado, ao escolher ministérios, entrasse em negociação com o partido que estivesse no poder (Liberal ou Conservador).

A desigualdade contida nos direitos de cidadania consagrados na Constituição relembra a autora de embates no que diz respeito ao que é ser cidadão e escravo, fazendo com que seu próximo capítulo entre

na questão de “maior impacto e transformação mais profunda no Brasil do século XIX” (p.109): a abolição da escravidão no Brasil.

No capítulo *O fim da escravidão*, Dolhnikoff apresenta uma economia e sociedade pautados com base na violência do trabalho forçado. Dados os primeiros passos do movimento abolicionista com o fim do tráfico negreiro em 1850 e com o ressurgimento do tema ao centro das discussões nacionais durante a segunda metade da década de 1860, passa a surgir no país um movimento em defesa da abolição da escravidão, baseado na mudança do contexto externo, maior mobilização dos escravos e o surgimento de novos atores a partir da urbanização e divisões na elite política.

Com a defesa de seu fim, ao final da década de 1860, eis que surge uma bandeira de emancipação gradual que se mirava no exemplo de países como Chile, Argentina e Venezuela. A Lei do Ventre Livre mostra essa forma de emancipação.

Com sua aprovação, a expectativa no interior da elite política era de que a questão da escravidão fosse considerada resolvida, já que para eles bastava esperar o transcorrer do tempo para o estabelecimento natural de seu futuro fim. Não foi isso o que aconteceu. Visando uma abolição de forma mais imediata, em 1885, após outra acirrada discussão no Parlamento, é aprovada a lei conhecida como Lei dos Sexagenários que previa que todos os escravos que atingissem 60 anos fossem libertados.

Ao final da década de 1880, um novo fator pesou sobre o debate público em torno do tema: os cafeicultores do Oeste Paulista haviam encontrado no imigrante europeu um substituto dos escravos, ou seja, não se engajavam mais, como antes, na defesa da escravidão.

Para Dolhnikoff, acusado pelo movimento abolicionista, pela crescente tensão provocada pelas revoltas escravas e ao perder uma das principais bases do apoio para uma política gradualista, o governo promulga, então, em 1888, a chamada Lei Áurea, sem, contudo, integrar social e economicamente os agora ex-escravos, o que apresenta uma vitória parcial de abolicionistas e escravos.

Em seu penúltimo capítulo, *A monarquia e seus vizinhos*, a autora apresenta como a política externa brasileira, durante a monarquia, privilegiou alguns temas considerados ao longo do século XIX de maior importância para a afirmação dos interesses do novo Estado. Além das disputas com a Inglaterra em torno do tráfico negreiro, no centro da política exterior brasileira estavam as relações do Brasil com os países da região do Prata, atuais Argentina, Uruguai e Paraguai.

Durante as primeiras décadas do século XIX, ocorreram, na América ibérica, as independências em relação a Portugal e Espanha, ou seja, teve início um longo processo de construção de Estados e de nações, marcados por conflitos e disputas entre diferentes projetos nacionais. Dentre eles, Dolhnikoff destaca três que considera os mais importantes: a Guerra da Cisplatina (1825-1828), a Guerra Grande (1839-1852) e a Guerra do Paraguai (1865-1870).

Dos fatos que já conhecemos, vale aqui salientar a preocupação da autora em mostrar a presença, ainda que relativamente reduzida, dos escravos que participaram dessa última guerra, bem como a grande presença de negros, pardos e homens livres que compunham os setores mais pobres da sociedade brasileira.

Dolhnikoff intitula seu último capítulo de *Abaixo a monarquia, viva a república*, onde aponta, num total de 19 páginas, o fim da monarquia, não apenas pelo contraponto entre uma suposta estabilidade e o surgimento de crises antes inexistentes, mas na procura em compreender as especificidades dos acontecimentos que levaram à ruptura em 1889.

Dentre os fatores por ela explicados estão a urbanização, o Motim do Vintém (protesto que eclodiu no Rio de Janeiro, em 1880, contra um novo imposto que incidia sobre a passagem do bonde, citado como exemplo que sintetizou bem as mudanças urbanísticas), as ferrovias, o descontentamento dos cafeicultores, o Movimento Republicano e o exército brasileiro, tido como um novo ator político.

Embora seja possível para o historiador apontar elementos que desde a década de 1870 surgiram como decisivos para a vitória da República, na época não havia a percepção de que o regime monárquico caminhava necessariamente para o fim. A combinação de acontecimentos e grupos distintos acabou resultando na proclamação da república, transformação profunda, que determinaria uma nova dinâmica política. Mas que seria marcada também por continuidades (p.170).

Perfazendo um total de 175 páginas, o livro *História do Brasil* apresenta uma perspectiva clara e de fácil entendimento sobre mais esta etapa da formação brasileira. Apesar de ter como público alvo universitários, suas palavras são fáceis e sua organização coerente, o que o torna um excelente livro para ser trabalhado em classes de educação básica, por exemplo. Dolhnikoff consegue transformar 80 anos de contextos políticos, econômicos e, principalmente, sociais, em uma eterna face de continuidade e nunca de fim.